

# A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, A ÉTICA E A PROFISSÃO MILITAR

## PROFISSIONALIZAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS CABO-VERDIANAS

*Pelo Tenente-Coronel Pedro dos Reis Brito*

*“Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal”.*

(E. Kant<sup>1</sup>)

*“Ser militar é dedicar-se a uma ciência”.*

(Pedro Pires<sup>2</sup>)

### I. Parte

#### 1. Generalidades

1. O CAE/CPLP – Centro Análise Estratégica da CPLP, com sede em Maputo, Moçambique – no cumprimento do seu Plano de Actividades escolheu e os Ministros da Defesa Nacional da Comunidade, na sua VIII Reunião, aprovaram como próximo tema de estudo **“A Profissionalização das Forças Armadas, a Ética e a Profissão Militar”**.

O tema ora proposto não é mais pacífico, nem menos complexo. Basta determo-nos no título do tema para constatar que este carrega conceitos filosóficos e operacionais especiais, pouco consensuais e, muitas vezes, difíceis de serem descodificados ou assumidos, o que evidentemente constitui, por si só, um repto e um incentivo. Por outro lado, o tema é mais próximo das Forças Armadas visto tratar-se de uma questão ligada à sua evolução: a Profissionalização e a ética.

Quando fomos indicados para elaborar, o tema aceitamos, com humildade e sentido de responsabilidade, o desafio que nos foi lançado de desbravar este campo “alagado, virgem e, por conseguinte, fértil”, onde facilmente se pode resvalar ou enterrar a semente em local errado, obtendo por conseguinte colheita de resultado duvidoso. Esperemos que resultado seja satisfatório.

2. Consideramos que os primeiros passos seriam conceber uma estrutura que permitisse um trabalho coerente, mas também identificar os conceitos fundamentais para o desenvolvimento do Tema.

Quanto à estrutura, escolhemos as partes que o próprio título se apresenta dividido e o percurso das Forças Armadas de Cabo Verde, de modo a se perceber o estágio da profissionalização em que se encontram. Dos conceitos, entendemos destacar e trabalhar apenas os de ética e de profissionalização pela sua importância implícita no discorrer do assunto.

---

<sup>1</sup> In “**Ética na Contemporaneidade**” de VALLS, Alvaro L. M., Prof. Dr. (Dep. Filosofia - UFRGS)

<sup>2</sup> In Discurso Comandante-de-Brigada Pedro Pires, na 1ª Cerimónia de Juramento de Bandeira, a 29 de Junho de 1975, de membros das FARP-CV, preparadas em Cabo Verde

Ora, se podemos afirmar que a *ética*, conceptualizada na cultura helénica, está presente em todas as raças e em todos os tempos, o mesmo não poderemos dizer da *profissionalização* que é um conceito relativamente moderno; tão pouco, as *forças armadas* que são, de facto, uma instituição muito antiga, mas cuja conceitualização e papel não a acompanham historicamente, efectivamente, a sua evolução tem engendrado concepções e estruturas bem diferentes de época para época e de país para país.

Definiremos inicialmente, os conceitos de *ética* e de *profissionalização*, para, mais tarde, debruçarmos sobre a história e o percurso evolutivo das forças armadas – sem contudo ter a pretensão de querer esgotar um assunto tão extenso. E, finalmente, tentaremos analisar, na nossa perspectiva, como esses conceitos têm sido aplicados na instituição militar cabo-verdiana.

## 2. A Ética e a Profissionalização (CONCEITOS)

### 2.1. Introdução

Pode parecer desajustado abordar neste espaço temas tão profundos e complexos, mas como constituem parte do trabalho, como diz o título: “**A Profissionalização das Forças Armadas, a Ética e a Profissão Militar**” a que acrescentamos, como subtítulo – “**Profissionalização Nas Forças Armadas Cabo-Verdianas**” como forma de melhor enquadramento. E para melhor coerência e compreensão do trabalho apresentaremos=aqui, alguns conceitos e analisaremos a sua operacionalização.

Naturalmente, espera-se de quem se dedique a estudos científicos mas, principalmente, na área da filosofia, um enfoque geral do conceito e uma perspectiva histórica actualizada, antes de encarar a vertente operacional dos conceitos e ferramentas de que se dispõe.

Entrando no desenvolvimento do tema a fase inicial é dedicada aos conceitos, primeiro a Ética e a seguir a Profissionalização e importa, de imediato, registar que a “*Ética é uma palavra (conceito relacionado com o comportamento) de origem grega, com duas possíveis procedências*”, que na sua definição mais simples, é um conjunto de regras, princípios ou maneira de pensar, estar e expressar, muitas vezes confundida com o costume ou a propriedade de carácter. Mais à frente, aprofundaremos a nossa reflexão sobre este e outros conceitos.

A ética é uma característica inerente a toda acção humana e um elemento vital na produção da realidade social. Ela manifesta-se em todos os quadrantes, desde a criação artística às relações entre povos e nações. Afinal é ponto assente que, todo homem tem senso ético, ou seja é detentor de uma espécie de “consciência moral”, que, constantemente, o autoavalia e julga as suas acções; enquanto que os seus parceiros procuram, também, saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas as atitudes, acções que ele toma ou realiza e, sobretudo, se as suas realizações são impregnadas de um comportamento adequado. Isso tudo, porque a ética está relacionada com o desejo de realização na vida, mas ela exige que se mantenha com os outros relações justas e aceitáveis. No entanto, nem sempre assim acontece.

Como diz a frase - do filósofo alemão Emmanuel Kant - com que abrimos este

trabalho: “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal”. Ou seja, **agir sempre** - em qualquer profissão, na sociedade e na vida - **com a vontade e de maneira a garantir que a nossa acção possa** - ao mesmo tempo - **valer, ser reconhecida e representar o livre respeito pelas normas estabelecidas**. Por que se a nossa formação e capacidade profissionais são importantes para o desempenho em qualquer campo, os resultados não serão completamente positivos se o nosso comportamento ou se os caminhos que percorrermos para atingir a meta ferir de morte os princípios da *legislação universal*. Deve-se entender como “*princípios de uma legislação universal*” o conjunto de valores que enforma as regras morais da comunidade em que vivemos.

Do raciocínio que vimos fazendo, e associando ética e profissão, chega-se ao conceito de deontologia, considerada, hoje, uma disciplina da ética. Realmente, a Deontologia trata dos deveres, princípios ou normas adoptadas pelos diversos grupos profissionais. Portanto, só seremos profissionais de qualidade, seja em que ramo for, se aliarmos a nossa formação, saber e experiência a um comportamento exemplar e de respeito pelos deveres e regras que enforma a deontologia dessa profissão.

## 2.2. Conceito (s) de Ética

Já é altura de nos determos, com alguma profundidade, no conceito (s) de **ética**. Etimologicamente, a palavra **Ética** é de origem grega e provem de “*ethos*”, que significa “*modo de ser, carácter*”; se encarmos a proveniência latina a palavra, seria “*mos*” (plural “*mores*”) que significa *costumes*, de onde derivou a palavra **moral**.<sup>3</sup>

Pretendendo ser conciso, regista-se que a Ética se ocupa do estudo dos princípios normativos do comportamento humano e dos valores morais que dirigem as atitudes dos homens. Antes de prosseguirmos, para melhor se perceber o conceito, recorreremos ao dicionário<sup>4</sup>.

*Ciência da moral. Divide-se em ética normativa e teoria da moral. A Primeira investiga o problema do bem e do mal, estabelece o código moral da conduta, assinala quais são as aspirações dignas, que conduta é boa e qual é sentido da vida. A teoria da moral investiga a essência desta última, a sua origem e desenvolvimento, as a que obedecem as suas normas, o seu carácter histórico.*

Porém, a palavra Ética, como atrás se referiu, de acordo com a sua origem grega, tem duas vias possíveis: a primeira - “**éthos**”, sendo o “*e*” curto – é traduzida por *costume*; a segunda - “**éthos**”, é escrita da mesma forma que a anterior, mas com o “*e*” longo e significa *propriedade do carácter*.

No entanto, e neste sentido, podemos perfeitamente, usar as duas palavras como sinónimas. Todavia, se queremos enfatizar o lado da reflexão pessoal consciente, dos costumes concretos, das tradições, das formas de agir de um povo ou de uma civilização deveremos falar de **moral** recorrendo a forma latina. Falaremos de *moral*, ainda, se se quer falar da tradição dos castelhanos ou dos alemães.

<sup>3</sup> Cornell University of Law School. *Ethics: an overview*. Disponível em <http://topics.law.cornell.edu/wex/Ethics>.

<sup>4</sup> Dicionário Filosófico, Editora Estampa

A palavra **ética** fica, conceptualmente, reservada, ao nível epistemológico, para a disciplina de reflexão filosófica.

Numa frase conclusiva, a Filosofia apresenta o conceito de Ética, como: “o que é bom para o indivíduo e para a sociedade”. Efectivamente, o estudo da ética contribui para estabelecer a natureza de deveres no relacionamento indivíduo/sociedade, por isso é de toda a conveniência distinguir, no campo da reflexão do agir humano, hoje em dia, três grandes tradições filosóficas:

- A primeira tradição reporta-se a Aristóteles<sup>5</sup>, que considerava a ética como “ciência das virtudes”. Segundo ele, a *Ética* deveria estar centrada no agir individual. A principal característica da ética aristotélica é que ela estuda o agir a partir da concepção do homem como um animal político que, muitas vezes, age logicamente e precisa desenvolver-se dentro de uma sociedade e formas de governo concretas, num período de tempo, se quiser ser feliz<sup>6</sup>.

Aristóteles tinha designado suas investigações teórico-morais, como investigações “sobre o *ethos*”, “sobre as *propriedades do carácter*”, com vista a apresentação das propriedades do carácter, boas e más (chamadas: *virtudes e vícios*).<sup>7</sup>

- A segunda tradição ética é o utilitarismo, uma corrente anglo. Os seguidores desta “escola” são, geralmente, pragmáticos e imediatistas. Esses pensadores consideraram que: *o maior valor ético deve consistir em procurar o maior bem possível para o maior número possível de homens*. Esta formulação é útil e prática e pode ser usada muitas vezes.

Não há dúvidas de que no campo da moral ou da ética, como da filosofia em geral, as palavras jamais conseguem substituir as acções. O utilitarismo, porém, move-se um pouco “no ar”, pois não define o “bem” nem, portanto, o que se deve conseguir para o maior número de pessoas. Terminando esta rubrica, recorremos a literatura para melhor dar a perceber a ideia de utilidade. De facto, a literatura fornece vários exemplos, mas fiquemos com as filhas do Rei Lear e da relação e do amor que têm para o seu pai: “duas delas juram amor ao pai”, mas, como insinua Kent, ao interpretar a obra de Shakespeare, as suas “*words of love*” – (*palavras de amor*) - não são seguidas por “***works of love***” – (*actos de amor*).

- A terceira tradição filosófica da ética é a linha kantiana, centrada na noção de **dever**, cujo epicentro são as ideias da vontade e do dever e que a define como ética formal ou formalista. Repetindo – neste texto - são muito famosas as seguintes palavras de Kant: “*Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal*”, esta frase traduz a ideia do chamado “imperativo categórico”.

O pensador alemão, com o seu imperativo categórico forneceu um critério para o *agir moral*: “*Se queres agir moralmente, age então de uma maneira realmente universalizável*”.

A moral kantiana, de facto, pressupõe um conceito de homem, ser racional, portanto, livre, mas influenciado por inclinações sensíveis, tais que o “agir bom”

---

<sup>5</sup> Aristóteles, grande pensador grego que viveu há 2.300 anos

<sup>6</sup> Moore GE. Princípios Éticos. São Paulo: Abril Cultural, 1975

<sup>7</sup> Tugendhat E. Lições sobre Ética. Petrópolis

se lhe apresente como uma obrigação, uma coação, que a sua parte racional tende a exercer sobre a sua parte sensível. Muitas vezes, o dever obriga-nos a fazer o que talvez não quiséssemos ou que, pelo menos, não nos agrada.

Para os propósitos do presente trabalho não interessa e nem podemos, entrar em mais detalhes sobre essas três correntes, mas é de ressaltar, que a ética kantiana, é extremamente moderna porque confia no homem, na sua razão e na sua liberdade. É a ética do homem empreendedor.

### 2.3. Conceito (s) de Profissionalização

*“Os soldados que matam numa guerra, podem ser moralmente condenados por seus crimes ou estão apenas cumprindo ordens?”*

Parece simples, mas, não há dúvidas, de que a frase nos interpela de modo directo.

Antes de entrarmos no questionamento e no dilema que a frase, em cima, nos impõe, consideramos ser interessante apresentar a definição de profissão, pois essa definição será o limite da reflexão e contém os contornos do conceito profissionalização<sup>8</sup>.

*Profissão é uma actividade humana particular que se exerce num agregado social, sendo uma actividade colectiva consiste no lugar que se ocupa na actividade económica. Quanto a **profissão**, no sentido individual, significa o tipo de trabalho efectivo executado por uma pessoa activa, fornecendo-lhe meios de vida, isto é, de sustento.*

A profissão está, também, intimamente relacionada com outro conceito: o trabalho, ou seja o processo de interacção, primeiro, entre o homem e a natureza, e, mais tarde, entre o homem e as matérias-primas, durante o qual o homem com a sua actividade, utilizando ferramentas, transforma a natureza ou as matérias-primas de modo a obter o que necessita para a sua subsistência e progresso. A diferenciação das profissões, a divisão social do trabalho, surge à medida que as sociedades evoluem, isto é, a medida que a técnica de produção muda em virtude de novas descobertas científicas, tecnologias e de organização do trabalho. As forças produtivas<sup>9</sup>, como as designou Marx, são um produto do seu tempo e das relações de trabalho estabelecidas.

Assim, e em cada fase da evolução, temos: caçadores e colectores, no período Paleolítico, em que o trabalho era colectivo; caçadores, agricultores e pastores no Neolítico, período em que começa a haver melhor distinção entre as funções de cada um; os artífices surgem e juntam-se às categorias anteriores na Idade Antiga e foram o maior número na Idade Media; os operários nascem com a revolução industrial. Claro que, durante essas diferentes fases, existiram funções sociais que não eram consideradas como categorias profissionais mas, que gradualmente, com a evolução e o progresso técnico, científico e tecnológico irão sendo transformadas em **profissões**.

Pelo exposto se conclui que a profissão é uma importante actividade social,

<sup>8</sup>Dicionário de Ciências Sociais, Publicações Dom Quixote,

<sup>9</sup> As Forças Produtivas são constituídas pelos meios de produção e os homens – Manual de Economia Política, Editorial Progresso

logo, exige conhecimento, formação e treinamento específicos e obedece a normas para se poder exercê-la. Dentro destas condições surgem as relações profissionais, logo, as normas, as questões comportamentais, enfim, a ética profissional – Deontologia de cada ramo de actividade especializada. Quanto mais complexa a profissão, mais ela exige, técnica e ética dos que a exerce.

Por isso, no nosso quotidiano de profissionais estamos, em muitas ocasiões, condicionadas perante problemas semelhantes ao dilema exposto pela frase citada em cima e diante desses dilemas, ocorre uma série de perguntas, algumas elementares e bem inseridas no tema: *Devo sempre dizer a verdade? Existem ocasiões em que posso mentir? Devo ajudar um amigo em perigo ou outra pessoa, mesmo correndo riscos morais ou de vida? Como ser profissional numa instituição castrense que tem como missão principal a defesa militar da nação, e, para isso, estou sujeito a morrer ou a matar gente? ... o soldado ... está apenas cumprindo ordens, portanto, cumprindo os seus deveres? ... no campo de batalha, os soldados são heróis ou criminosos?*

Essas perguntas colocam-nos diante de problemas práticos, reais e efectivos, como por exemplo, até onde podemos “infringir” em nome de compromissos profissionais ou nas relações entre os indivíduos, entre estes e instituições devido a profissão que escolhemos. Esses problemas e questionamentos cujas soluções, regra geral, não envolvem apenas a pessoa que os enfrenta, mas também outras que poderão sofrer consequências das decisões, acções, ou omissões dos primeiros. Consequências que poderão, muitas vezes, afectarem locais, comunidades ou uma sociedade inteira.

*O homem, como ser, só se realiza na relação com outros semelhantes, e as suas acções, decisões ou omissões, normal e habitualmente, afectam outros.* Naturalmente que essa relação, convivência e coexistência, têm regras e essas - dentro de qualquer grupo, comunidade ou sociedade - estabelecem limites através dos quais podemos medir as nossas possibilidades, espaços e margens de acção e atitudes. As regras de que falamos correlacionam-se como valores ético e morais, sendo também meios pelos quais esses valores se manifestam.

Igualmente os códigos culturais, os costumes e as tradições também nos constroem e nos impelem, ao mesmo tempo que nos protegem nessa extensa teia de relações, interacções e interdependências do campo profissional.

Fundamental é ter, sempre, em mente que existem muitas atitudes que os códigos das diversas profissões não registam, porque não há experiência prévia e suficiente ou porque são atitudes e comportamentos surgidas com a evolução da ciência, das tecnologias, da técnica e até mesmo da evolução da sociedade e das relações sociais.

Passando para o caso específico do *profissionalismo militar*, surgido num contexto de compromissos relacionado com a defesa e desenvolvido por um ensino específico e complementado pelo exemplo, onde se desenvolvem competências técnicas, tácticas, de comando e de código de conduta, tem sido estudado como um dos factores que mais influencia o comportamento dos

militares perante o poder e as suas atracções<sup>10</sup>.

### 3. Síntese do surgimento, percurso e profissionalização das forças armadas

1. De que há registos, a profissão das armas surgiu como uma necessidade geral de subsistência da comunidade, umas vezes a razão principal foi proteger e defender a comunidade e os seus recursos, outras vezes, obter melhores condições de vida. Enfim, sempre o homem utilizou a coação física para garantir os seus interesses. Com efeito, pelo “*poder*”, pela “*ambição e riqueza*” ou pela “*glória*” as comunidades<sup>11</sup> entraram, várias vezes, em conflitos umas com as outras e todas elegeram a “*legítima defesa*” como direito inalienável.

Porém, é a partir da sedentarização e da divisão das funções sociais e do trabalho que se impôs a especialização e o treino, nomeadamente, daqueles cidadãos a quem competiria a defesa da comunidade, isso constituiu motivo suficiente para a criação e preparação de um corpo especializado, gradualmente, profissionalizado: as FORÇAS ARMADAS.

#### 2. Percurso resumido da profissionalização<sup>12</sup>

##### 2.1 No espaço ocidental:

2.1.1. Na Grécia, onde as cidades/estado eram essencialmente guerreiras (destaca-se a Esparta) e voltadas para a expansão mercantil, optou-se pela criação de um corpo de elite de infantes fortemente armados, por isso o serviço militar, apesar de ser um pesado ónus, era obrigatório e necessário para obtenção da cidadania;

2.1.2. Com os romanos foi diferente, cada cidadão era obrigado a servir no exército com as armas que a sua condição lhe permitisse ter, por conseguinte, o dever da defesa era universal;

2.1.3. A Europa medieval baseou a sua defesa em pequenas unidades, instaladas em castelos, mantendo a Guerra (a Defesa) como obrigação principal da Nobreza<sup>13</sup> que para servir deveria fazer-se acompanhar dos seus servos. Mais tarde, no “Velho Continente”, começa o processo gradual de profissionalização<sup>14</sup> do sector da defesa e da segurança. 2.1.4. No continente Africano, que neste caso mais nos interessa, a evolução das sociedades, logo das forças armadas que tinham uma configuração muito semelhante a da Europa medieval, seria interrompido pela colonização, daí que a profissionalização nas forças armadas seguiu a experiência europeia e ocorreu mais tardiamente.

---

<sup>10</sup> In “Elementos estruturantes da instituição Militar” General Gabriel A Espírito Santo, Revista Militar

<sup>11</sup> As Comunidades entendidas como **nações**, independentemente do seu estágio de desenvolvimento

<sup>12</sup> Artigo “*Origem das Forças Armadas*” do TCor/PilAv, Brandão Ferreira – Revista “JORNAL DO EXERCITO”, ABR DE 2002

<sup>13</sup> A Nobreza era a classe mais importante e que também assumia as funções sociais essenciais, quer a nível da sua região quer a nível do Estado

<sup>14</sup> Depois da Guerra dos Cem Anos – Tratado de Bertigny, 1630 – surgem os mercenários, pois ficaram muitos soldados desempregados

## 2.2. No tempo (Percurso resumido da profissionalização):

2.2.1. É claro que na antiguidade não fazia sentido falar-se de profissionalização das Forças Armadas quando estas não tinham sequer existência institucional. Naquela época, os grupos armados eram constituídos e treinados quando a situação exigia. Assim foi até, praticamente, ao final da Idade Média.

2.2.2. No século XVIII, depois do posto deixar de estar vinculado à classe, ou seja que os cargos de comando e o oficialato deixarem de provir das classes mais altas (1695), renasce a conscrição, com um ano de duração, pois o desenvolvimento, então, atingido não se compadecia com a estrutura militar de “voluntariado” ou baseado nas relações feudais.

2.2.3. A grande evolução dá-se com “revolução industrial”, sendo a profissionalização<sup>15</sup> a mais relevante. Realmente a revolução industrial aperfeiçoou a divisão social do trabalho em todos os domínios e, no plano militar, contribuiu para a generalização do serviço militar obrigatório e o aumento da dimensão dos exércitos.<sup>16</sup>

2.2.4. No século XX, intensificaram-se os progressos na estrutura orgânica e nas formas de emprego das FA, principalmente pelo impacto das novas tecnologias. A introdução de novos e sofisticados sistemas de armas e de meios de comunicação exigiu uma reorganização da instituição militar. Depois da II Guerra Mundial dá-se a profissionalização quase completa das Forças Armadas. Hoje, conforme as situações, existem: FA completamente voluntárias, isto é, profissionalizadas; e mistas, com profissionais ao lado do serviço militar obrigatório, portanto parcialmente profissionalizadas.

As mudanças nas estruturas militares aceleraram-se e aprofundaram-se, a tal ponto, que se tornou comum, nos anos noventa, falar na “RAM” - “revolução dos assuntos militares”<sup>17</sup> iniciada nos Estados Unidos, de que, por motivos óbvios, não iremos aqui aprofundar.

Com efeito, o processo histórico das diversas civilizações e sociedades e a evolução da estruturação sociopolítica das forças armadas, assim como da configuração dos riscos e das ameaças que comprometem a estabilidade e a existência das primeiras<sup>18</sup>, em particular, pela influência que naturalmente essas últimas têm, quer na evolução das Forças Armadas, quer na forma de conceber a segurança e a defesa internacional ou nacional, determinaram a adaptação permanente e frequente da instituição militar.

3. Vendo a correlação do percurso das forças armadas com a evolução da comunidade de outro prisma, temos de recordar a origem das funções daquelas na comunidade. Segundo os especialistas da sociologia, os elementos essenciais que enformam qualquer comunidade são: o território, a

---

<sup>15</sup> Depois de 1900 todos os estados soberanos tinham oficiais profissionalizados – Revista “JORNAL DO EXERCITO”, ABR2002

<sup>16</sup> Armas de fogo com maior cadencia de tiro, maior alcance e precisão

<sup>17</sup> TELO, António José, “Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso”, *Nação e Defesa* nº 103, Outono-Inverno 2002, 2ª Série

<sup>18</sup> LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, na *Revista Militar* nº 6/7 Junho/Julho 2002, “Missão das Forças Armadas e Meios: Sistemas de Forças”



população – com as mesmas língua e cultura – que, para a sua garantia, é preciso que algumas estruturas cuidem do seu bem-estar e defesa. Assim nasceram as diversas instituições e organismos sociais, incluindo a instituição militar, ora constituída por voluntários ora por profissionais. Com o surgimento e a evolução do Estado, a defesa e a segurança viriam a ser das suas principais funções. Do nosso interesse, neste momento, são as organizações responsáveis pela defesa da comunidade.

Para o nosso propósito e do presente documento importa entender a defesa, no seu sentido mais amplo e considerar as Forças Armadas como o principal instrumento da defesa de qualquer sociedade organizada. Desde o primeiro momento, as forças armadas foram criadas para defender a comunidade a que pertencem e, como instrumentos de política, estão ao serviço do Estado.

Apesar das incertezas e das novas ameaças que envolvem a humanidade e os conflitos que algumas sociedades enfrentam, o futuro apresenta-se com algum optimismo para a subsistência dessa instituição. Isso deve-se aos progressos alcançados nos vários domínios. De facto, a etapa actual, e falando da maior parte das nações, geralmente, é caracterizada por um esforço grande de cooperação mutuamente vantajosa e pela procura de novos tipos de relações nos domínios da defesa e de segurança.

Todavia, este período é fustigado pelo surgimento de entidades não-estatais e fenómenos anti-sociais, que não se assentam nos factores constitutivos dos estados e sem respeito pelas normas internacionais que têm entrado em acção provocando roturas no sistema e pondo em causa a estabilidade das instituições. Esse cenário significa que, contrariamente ao esperado, as ameaças tendem a agravar e não se eliminou, ainda, o perigo de confrontação armada entre Estados, antes pelo contrário elas estão latentes.

As ameaças e os riscos são mais perigosas, complexas, e podem engendrar formas de agressão mais catastróficas, por isso a definição de estratégias de prevenção, acção e intervenção têm de coexistir com a edificação de forças armadas modernas, equipadas e adaptadas à nova situação.

Se nos ativermos nos países que optaram pela profissionalização completa constatamos que são os mais desenvolvidos da área ocidental. Ora, se nos Estados Unidos as forças armadas já nasceram sob o signo do voluntariado, que cedo avançou para a profissionalização, o mesmo não aconteceu noutras “paragens” onde a profissionalização vai ser gradual e ditada pelos factores a que nos referimos.

Temos, por conseguinte, a primeira etapa (Idades Média e Moderna) onde os quadros militares provêm da classe dominante e consideram a sua primeira função e dever a defesa da nação ou fazer a guerra para o seu engrandecimento; com as revoluções, pós-renascentistas, cai o absolutismo, surge a divisão de poderes no Estado e começa a democratização que influi em todos os aspectos da sociedade, logo a instituição castrense assiste a introdução da conscrição e os cargos de comando deixam de ser cativos da classe dominante; nos finais do século XX, aumenta o processo de profissionalização determinada também pelo nível e custos da formação técnica exigida pelos modelos de operações.

É de se considerar que as condições que determinaram o surgimento e a

evolução da instituição militar, subsistem todavia o seu carácter, bem como o seu papel, mudaram em função da relação orgânica que ela tiver com a sociedade, a configuração do Estado e o tipo de ameaças que devem enfrentar, bem como, o ambiente operacional e tecnológico em que se movimentam, como ilustram bem as palavras do General Espírito Santo:

“A *organizações* verticais e rígidas, diferenciadas pela especificidade própria de cada uma das componentes da força militar e seu ambiente próprio de actuação, em terra, no mar ou no ar, sucedem-se organizações variáveis e flexíveis, mais orientadas pela missão que têm de desempenhar do que pela ameaça que têm de enfrentar. As organizações *modulares* temporárias e em rede sobrepuseram-se às organizações funcionais e de espaço.

(...) A distribuição de áreas e pontos sensíveis a novas ameaças deve continuar a merecer a atenção da presença militar na organização dos espaços nacionais, agora sem muralhas de castelos materializando individualidade própria mas mais interpenetradas por e com outras organizações.”<sup>19</sup>

Não erraremos se dissermos que, da mesma forma, o percurso da profissionalização das forças armadas esteve sempre ligado ao lugar que essa instituição ocupou na sociedade e também aos avanços da ciência, da tecnologia e da técnica. Temos, porém, de reconhecer que a definição e protecção dos interesses da comunidade, a identificação estratégica dos inimigos, a existência de maiores ou menores ameaças a aqueles interesses, não raras vezes, foram decisivos na tomada de decisão a favor ou contra a profissionalização.

É nesse mesmo contexto, ressaltando as proporções, as condições e os constrangimentos próprios da época, que se enquadra, a criação, o percurso e o processo de profissionalização das nossas Forças Armadas de Cabo Verde. Elemento primordial do nosso sistema de defesa, cujo papel é estabelecido já na primeira lei fundamental do país: a Lei de Organização Política do Estado (LOPE<sup>20</sup>), mais tarde, Constituição da República<sup>21</sup>.

## **II Parte – As Forças Armadas de Cabo Verde**

### **1. Breves palavras sobre a criação das Forças Armadas de Cabo Verde**

*As Forças Armadas de Cabo Verde contam, hoje, cerca de quarenta e dois anos de vida.  
Elas constituem, sem dúvida, um orgulho para a Nação.*

O nascimento e a construção das Forças Armadas, assim como a formação da Nação, precedem, como em muitos outros processos históricos, muito conhecidos, a conquista da independência e a subsequente edificação do Estado soberano. Esses passos confundem-se nas trilhas da luta

---

<sup>19</sup> In “Elementos estruturantes da instituição Militar” General Gabriel A Espírito Santo, Revista Militar.

<sup>20</sup> Lei de Organização Política do Estado (LOPE) de 5 de Julho de 1975, aprovada pela Assembleia Nacional Popular, logo após a Proclamação da Independência.

<sup>21</sup> Constituição da República – em vigor – aprovada em 1992 e revista em 1999. O Título VII é dedicado à defesa nacional.

emancipadora e no percurso do desenvolvimento.

Com efeito, em meados dos anos sessenta, é constituído, no fragor da luta armada, com um punhado de jovens – estudantes, camponeses e trabalhadores emigrantes – que, por circunstâncias e vicissitudes diversas tinham abandonado tudo e aderido à causa da independência, o **Núcleo Fundador das Forças Armadas de Cabo Verde**. O dia 15 de Janeiro de 1967 viria ser reconhecido e registado como o Dia do nascimento da instituição militar nacional. A efeméride referida ocorreu em Cuba.

Para a história ficou registado que, nesse *Dia*, perante *Amílcar Cabral*, concluída a sua formação militar de dois anos, nas montanhas da ilha caribenha, os jovens mobilizados, individual e solenemente, prestaram: “o *juramento de fidelidade à luta pela independência de Cabo Verde, fosse em que circunstâncias fosse*”. Então: afirmaram-se dispostos a aceitar o sacrifício supremo, se necessário, para se poder alcançar a liberdade da Pátria, também o desenvolvimento e engrandecimento da Nação Cabo-verdiana.

Hoje, as Forças Armadas, instituição a que a Constituição da República comete missões nobres, são maduras, acumularam conhecimentos e experiências, possuem estilo e rituais próprios; mas, sobretudo, têm sabido ser uma instituição engajada e comprometida. Com certeza, que se tem cumprido o destino e o juramento do Núcleo Fundador, agora consubstanciado no artigo 7º dos Estatutos dos Militares<sup>22</sup> texto do Juramento de Bandeira. Esse desígnio é renovado por aqueles que ingressam nas fileiras todos os anos.

Ao longo de quarenta anos, vários cabo-verdianos que escolheram a carreiras das armas deram o seu contributo para a formação das Forças armadas. Nesse intervalo de tempo, a instituição foi dirigida por dez ministros e dois secretários de Estado e comandada por seis chefes do Estado-maior, inicialmente o cargo era de Comandante-Geral.

## 2. A Organização das FACV

1. A estrutura orgânica das Forças Armadas de Cabo Verde sofreu, ao longo do tempo, adaptações de acordo com os contextos histórico-políticos vividos no país. Como reestruturação de fundo registaram-se, as seguintes modificações ou ajustes:

- Década de setenta: criação do Ministério da Defesa e Segurança, do Comando Geral, dos Comandos da Marinha e da Aviação, aprovação da legislação e início da estruturação. O Ministério da Defesa e Segurança Nacional<sup>23</sup> foi, em 1977, alvo da primeira reestruturação. As novidades, na época, foram: a criação dos Comandos da Marinha e da Aviação no Comando Geral; melhor separação de competências e estruturação dos órgãos centrais. O Comando Geral passa a integrar os Departamentos de Preparação Combativa, de Quadros, Pessoal e Mobilização, de Logística, de Operações, e de Telecomunicações e Código. De notar que algumas dessas funções, anteriormente, estavam enquadradas no Ministério.

---

<sup>22</sup> Estatutos dos Militares – aprovado pelo Decreto-lei nº 81/95 de 26 de Dezembro

<sup>23</sup> Decreto 24/77 de 9 de Abril, publicado no BO nº 15

- Década de oitenta: aprovação de legislação estruturante, designadamente a lei Orgânica, o Estatuto do Oficial e do Sargento e o Regulamento de Disciplina Militar; Mais tarde, com a reorganização, o Comando-Geral é transformado em Estado-Maior, integrando os comandos da marinha e da aviação, que tiveram vida efémera, e por diversas Direcções.
- Década de noventa: introdução de novas missões para as FA, a aprovação da Lei das Forças Armadas, do estatuto da condição militar, da organização global e efectivo – onde surge a Guarda Costeira, que integra os Fuzileiros Navais - do Estatuto dos Militares, o Estatuto Remuneratório (correspondendo ao PCCS<sup>24</sup> para as FA), o Código de Justiça Militar. Refira-se que a lei orgânica, então aprovada, deu nova estruturação ao Estado-Maior, mantendo, no entanto, a estrutura territorial.
- Período actual - reforma das Forças Armadas, com base no Projecto apresentado ao Governo nos finais de 2001 - marcada pela elaboração do Projecto do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, da Lei do Regime Geral das FA, nova lei orgânica que, pela primeira vez, divide as Forças Armadas em dois ramos: a Guarda Nacional e a Guarda Costeira e é criada a Polícia Militar. Foram, também, aprovados outros documentos importantes.

2. Numa análise mais detalhada da evolução da organização das Forças Armadas constata-se que, no país recém-nascido, a organização das Forças Armadas de Cabo Verde - então denominadas “*Forças Armadas Revolucionárias do Povo - FARP*” - são suportadas pela Lei de Organização Política do Estado (LOPE<sup>25</sup>) que define a organização geral e as principais atribuições do Estado e dos órgãos de soberania. Assim, o Decreto-Lei nº 4/75, que estrutura o Governo, cria o Ministério da Defesa e Segurança<sup>26</sup> que integra o Comando-Geral das FARP e Milícias, atribuindo ao Ministério a responsabilidades principais a defesa da independência, da soberania e da integridade territorial.

Por sua vez, o Decreto 26/75, de 20Set., fixou a primeira estrutura administrativa do Comando-Geral das FA, órgão com atribuições essencialmente operacionais, visto que as competências político-administrativas eram exercidas pelo Ministério. Alguns integrantes do Núcleo Fundador das FA assumiram, então, importantes funções na edificação das FA, conjuntamente com os voluntários, que massivamente se alistaram, constituindo a ossatura principal das Forças Armadas Revolucionárias do Povo. “Uns e outros” integrados, maioritariamente, na classe de oficiais, ainda sem distintivos dos postos. A esta liderança cabe erigir o novo “*edifício militar*” cabo-verdiano.

Territorialmente, o país foi estruturado em três Regiões Militares: A Primeira, com sede no Mindelo, constituída pelas Ilhas de Santo Antão, São Vicente, São

<sup>24</sup> PCCS – Plano de Cargos; Carreira e Salários

<sup>25</sup> Lei de Organização Política do Estado (LOPE), já citada

<sup>26</sup> Ministério da Defesa e Segurança - criado pelo Decreto-Lei n.º 4/75 de 23 Julho

Nicolau e Santa Luzia; A Segunda, com sede na Vila de Espargos, integra as Ilhas do Sal e de Boavista; A Terceira, com sede na capital – Praia – composta pelas Ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava.

### **3. As etapas da profissionalização nas forças armadas cabo-verdianas**

Partindo do pressuposto de que, o profissional de um ramo qualquer de actividade, como já se disse atrás, é aquele que se ocupa exclusivamente dessa actividade e dela tira o seu sustento, identificam-se três etapas no percurso de profissionalização das Forças Armadas nacionais que tentaremos analisar a seguir.

Resumidamente e recorrendo a história de outras paragens:

Inicialmente, nesse passado já longínquo, como se sabe a profissionalização não era preocupação visto os encarregados da defesa da comunidade (principalmente os soldados) serem por ela alimentada. - Mais tarde, também não constituirá despesa porque os quadros das forças armadas provinham da nobreza, que ainda deveriam fornecer peões (infantes) para o exército. - Depois da Revolução Francesa, a situação mudou por completo e os quadros, que podiam ser de qualquer classe social, começaram a ser profissionalizados recebendo o “soldo”. Daí para frente, o processo de profissionalização irá sendo alargado e aperfeiçoado. Algo muito semelhante ocorreu nestas bandas.

O percurso da profissionalização nas Forças Armadas cabo-verdianas é bastante diferente, o que, aliás está em sintonia com a sua evolução específica. A profissionalização nas Forças Armadas, é paulatino, em conformidade com a situação, as missões atribuídas e as disponibilidades do país.

#### **Etapa 1 da Profissionalização – do voluntariado à lei do serviço militar obrigatório (começo da profissionalização)**

Em Cabo Verde, passado o período colonial, as Forças Armadas, protagonistas e herdeiras da luta de libertação nacional, começam a ser reorganizadas. Inicialmente constituídas por combatentes da liberdade da pátria, passam a integrar jovens voluntários, recrutados durante a fase de transição para a independência e alguns quadros do ex-exército colonial que optaram por se transferir para as Forças Armadas do país independente.

É claro, que um problema se pôs logo, ainda ao Governo de transição: estando alguns quadros plenamente à disposição da instituição havia, que equacionar e resolver o problema de salários entre outras questões. A solução encontrada foi o estabelecimento de um vencimento aos considerados quadros essenciais, numa tabela que respeitava os seguintes requisitos:

A graduação trazida da luta de libertação para os combatentes da luta de libertação; o escalonamento dos outros quadros com base na sua habilitação literária e experiência militar;

Em relação aos restantes – maioria praças – participavam como voluntários apenas, garantindo-lhes o “pré” alojamento e alimentação. No entanto, a maioria dos jovens quadros viviam e comiam nos quartéis.

Nos finais de 1975 é estabelecida uma primeira escala hierárquica com duas classes: os Oficiais - com um leque de 5 postos - e os Chefe de Esquadra – com três postos, com base nessa escala foram ajustados os vencimentos para os profissionais militares e que viriam a ser alterados em 1976, por Despacho do Ministro<sup>27</sup>. Os Praças não eram considerados como constituindo uma classe.

Dez meses após a proclamação da Independência, um Despacho, do então Ministro da Defesa e Segurança Nacional, de 28 de Abril de 1976, estabeleceu a Primeira Designação Hierárquica (provisória), que incluía: os Comandantes – três postos -, os Primeiros-Oficiais, os Segundos oficiais, os Sub-Oficiais, os Chefes de Esquadra – tendo 4 categorias - e Soldados. Pouco mais tarde os Primeiros-Oficiais seriam divididos em duas categorias, os Segundos-Oficiais em três e os Sub-Oficiais em dois, também, todas diferenciadas pelos vencimentos.

Na mesma Ordem de Serviço, em que se publica o Despacho acima referido, é publicada – em anexo – a lista de pessoal graduado das FA.

Um outro Despacho do Ministro da Defesa e Segurança, publicado na mesma altura, fixou os vencimentos dos diversos postos e é, pela primeira vez, alargado o número de quadros na condição de profissional.

Surgiria nos princípios de 1980, um sistema hierárquico mais estruturado aprovada pelo Decreto-Lei nº 14/80 de 1 de Março<sup>28</sup>. Os quadros militares foram, então, divididos em 5 categorias, consoante o seu posto: Categoria de Oficiais Comandantes; Categoria de Oficiais Superiores; Categoria de Oficiais Subalternos; Categoria de Sargentos; e Categoria de Praças, num total de 13 postos. Assim: a categoria de Oficiais Comandantes passou a ter os postos de Comandante-de-Brigada, 1º Comandante e Comandante; os Primeiros-Oficiais, integrados na Categoria de Oficiais Superiores, passaram a ostentar os postos de Major e Capitão; os Segundos-Oficiais, correspondendo a Categoria de Oficiais Subalternos, passaram a integrar os postos de 1º Tenente, Tenente e Sub-Tenente. Os antigos sub-oficiais agora categoria de sargentos, são divididos em três postos. Os vencimentos para esses postos seriam fixados pelo Decreto-Lei nº. 79/80, de 3 de Setembro.

Deste modo, em largos traços, podemos considerar consolidada esta fase de profissionalização nas nossas Forças Armadas que seria complementada pela inscrição em listas publicadas na Ordem de Serviço das FA, nesse tempo, praticamente, todos os oficiais e sargentos eram profissionais.

## **Etapas 2 da Profissionalização** – da lei do serviço militar obrigatório ao Estatuto do Oficial e Sargento das FARP

Evidentemente que as Forças Armadas não poderiam continuar por muito tempo vivendo nessa situação, em que os quadros eram voluntários e os praças provinham também e apenas do voluntariado, pois chegaria a um ponto onde aqueles não seriam suficientes, na medida em que fosse reduzindo o

---

<sup>27</sup> Despacho do Ministro da Defesa de 1 de Abril de 1976 – Ordem de Serviço nº 12 de 30JUN76

<sup>28</sup> Publicado no Boletim Oficial nº 9 de 1 de Março de 1980

entusiasmo e o grau de engajamento espontâneo da juventude com o processo de independência e aí seria a rotura do sistema.

Com a publicação da lei que instituiu o serviço militar obrigatório para todo o cidadão cabo-verdiano do sexo masculino de 18 a 25 anos, com a duração de 18 meses, mantendo todavia a possibilidade de jovens poderem voluntariamente prestar serviço militar, deu-se a primeira grande alteração na configuração da fonte de recrutamento e definiu-se melhor a fronteira entre o dever cívico, geral e universal, de defesa da Pátria e o do profissional das armas, formado e enquadrado numa carreira.

Visto que, depois da entrada em vigor do Decreto-lei nº. 87/76<sup>29</sup>, é dever de honra integrar as forças armadas para a defesa da nação, passarão a ser profissionais somente aqueles que voluntariamente fizerem essa opção e receberem a devida formação e preparação para em seguida ingressarem nos respectivos quadros.

Um importante instrumento dessa etapa e que marca o seu fim, é o Estatuto do Oficial e do Sargento das FARP<sup>30</sup>, publicado em Junho de 1985.

O Estatuto do Oficial e do Sargento das FA que entrou em vigor a 1 de Julho de 1985<sup>31</sup>, marcou decisivamente, uma nova etapa na vida das Forças armadas de Cabo Verde e dos seus integrantes, particularmente, no domínio da profissionalização.

Com efeito, esse diploma veio definir melhor, no seu artigo 1º, intitulado “Objecto”: “ (...) *as normas fundamentais que regem as carreiras do oficial e do sargento do quadro das FARP, bem como, na parte aplicável, do oficial e do sargento de complemento e contratado.*” E, nomeadamente, estabeleceu regras para: o recrutamento de quadros, oficiais ou sargentos; as carreiras – mencionadas – o processo de promoção; os deveres e direitos dos quadros; bem como limites temporais de permanência na situação do activo, entre outras situações.

Por conseguinte, saltou-se de uma situação de quase plenitude de quadros profissionais para uma situação em que também a nível dos quadros – oficiais e sargentos – se passa a ter três categorias de prestação de serviço: a categoria dos que são do quadro, portanto profissionais com as regalias e deveres próprios dessa condição; e as duas categorias que são quadros transitórios, porque uma vez terminado o período nas fileiras fixado na lei, deixavam as FA e reintegravam na sociedade. E mesmo essas categorias estavam divididas em duas subcategorias: os de complemento e os contratados.

Com certeza, que muitas razões levaram a instituição militar a tomar essa decisão. Seriam causas financeiras, organizativas, técnicas, de formação, etc.

Destacamos por motivos óbvios: a questão financeira, em primeiro lugar, pois ficava muito oneroso para o Estado todos os quadros serem profissionais; a

---

<sup>29</sup> Decreto-lei nº. 87/76, de 2 de Outubro, publicado no BO nº 39 de 28Set., e que entrou em vigor a 1 de Outubro de 1976, isto é, praticamente um ano e três meses após a proclamação da independência

<sup>30</sup> Estatuto do Oficial e do Sargento das FARP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 57/85 de 3 de Junho e publicado no Boletim Oficial nº 22

<sup>31</sup> Estatuto do Oficial e do Sargento das “FARP”, aprovado pelo D.-Lei nº 57/85, de 3JUN., publicado no BO nº 22 de 3 de Junho

seguir vem a problemática da especialização, de facto o processo e o tempo de formação e especialização de um quadro profissional, fosse a que fosse – oficial ou sargento – não compadecia com o desenvolvimento das FA e a situação reinante. Era preciso ter quadros formados em menos tempo e menos custosos para ocupar funções de menor responsabilidade mas necessárias para melhorar a operacionalização da estrutura militar.

Se bem que não se tenha recorrido ao regime de contratado, que também não regulamentado, deve-se reconhecer que os quadros de complemento foram uma mais valia decisiva no processo da consolidação das FA.

Ainda no âmbito desse Estatuto, temos de salientar que este estabeleceu princípios e normas essenciais para conformar melhor a carreira dos militares cabo-verdianos, como por exemplo: os *Deveres e direitos especiais* – nos artigos 12º, 15º e 16º do Capítulo III; o *regime de acumulação e incompatibilidades* – no artigo 13º - o *dever de sigilo* (profissional) no artigo 14º; o *regime disciplinar particular* – artigo 18º do Capítulo IV.

Mas também, e não menos relevantes, nele se encontram as normas que regem o regime profissional militar, sejam as situações e de condições de prestação de serviço em que os quadros podem encontrar, sejam as condições de passagem à reserva e à reforma ou as regras gerais de promoção.

De facto, é esse Estatuto que introduz, pela primeira vez os conceitos de *oficial e do sargento do quadro, do oficial e do sargento de complemento e do oficial e do sargento contratados*, fazendo portanto a necessária destriça entre aqueles que são profissionais definitivos e os que temporariamente estão ao serviço da instituição castrense.

Do pessoal de complemento de que se ocupa a **Secção V, do Capítulo VII**, convém registar: o conceito de quadro de complemento como “... *aquele que está em efectividade de serviço quando se encontra nas fileiras pelo período de serviço obrigatório que a lei prescrever ou além de tempo deste a seu pedido...*”; e as condições em que esses militares se encontram em relação à instituição.

De notar que apenas o artigo 1º referiu-se ao militar contrato, como resultado essa categoria ficaria por muito arredada da estrutura de prestação de serviço nas FACV.

### **Etapa 3 da Profissionalização** – do Estatuto do Oficial e Sargento das FARP ao Estatuto dos Militares<sup>32</sup> (o Regime de Contrato)

Coincidindo com o fim da confrontação bipolar – “Guerra-Fria – e alimentando o debate dos idealistas e daqueles que consideram a instituição um mal menor ou um mal dispensável que engendrou em vários países, a decisão incontornável, da redução dos efectivos militares e dos gastos com a defesa, esta etapa de profissionalização das Forças Armadas Cabo-verdianas, que parece desfasada do seu tempo porque não foi consequência das correntes político-filosóficas sobre a instituição militar, simplesmente procurou limitar o crescimento dos quadros e regular melhor a carreira das armas no país.

---

<sup>32</sup> Estatuto dos Militares aprovado pelo Decreto-Lei nº 81/95 de 26/Dezembro



O Estatuto do Oficial e Sargento das FARP, tendo sofrido somente uma revisão em 1990, vigorou por cerca de dez anos, isto é, de Junho de 1985 a finais de 1995, altura em que se aprovou o Estatuto dos Militares. Nesse período de tempo as Forças Armadas cresceram, em quadros, organização e conhecimento e consolidaram-se, logo acumularam muita experiência.

Essas experiências e esses conhecimentos seriam as bases para a elaboração de intensa legislação militar, mas principalmente para o novo figurino de profissionalização reflectido no Estatuto dos Militares, elaborado com uma forte contribuição de alguns oficiais e foi antecedido da aprovação das Bases Gerais da Condição Militar. Se se associar esses dois diplomas ao Estatuto Remuneratório e a lei das Forças Armadas – onde se fixam algumas normas e restrições específicas dos militares, também aprovados na mesma época fica, praticamente concluído o “regime laboral militar” (permitam-me essa comparação).

Por tudo isso, os novos Estatutos apresentam três formas de prestação de serviço, reguladas em quatro livros: o primeiro Livro é parte geral, o segundo é dedicado aos Quadros Permanentes, o terceiro ocupa-se do Serviço Efectivo Normal e o quarto e último – por acaso aprovado mais tarde – regula o regime de Contrato. As inovações são muitas, para além da regulação do regime de contrato introduzido no anterior Estatuto, mas não regulado, temos, pela primeira vez, praças do quadro: os postos de 1º Cabo e Cabo-adjunto passam ser dos quadros permanentes (QP) e isso sem alargar em demasia a profissionalização a esse nível.

Com essas e outras inovações as Forças Armadas procuraram reajustar as carreiras, introduzir melhor gestão dos seus quadros, racionalizar o crescimento dos seus quadros e diminuir as suas responsabilidades sociais quando não avançou para a generalização da profissionalização. Hoje cerca de 38% dos quadros são profissionais.

Antes de prosseguirmos e para melhor compreensão da evolução do assunto convém dizer que a redução do número de militares nos países que tomaram a decisão de profissionalização, essa medida, em si, é contornada por duas valências: a primeira, a compensação do homem por equipamentos e meios tecnologicamente avançados; a outra é a substituição do Serviço Militar Obrigatório (SMO) pelo regime de contrato. Deste modo, os custos elevados do militar contratado relativamente aos do SMO são, basicamente, a contrapartida ao investimento feito, bem como na formação e treino do homem. Cabo Verde, por motivos óbvios e diversos, não está ainda em condições de fazer esta opção.

Geralmente, as reduções de efectivos em quase todos os sectores de actividades são acompanhadas pela evolução científica tecnológica, logo pela modernização. No caso das Forças Armadas são factores que influenciam essa opção o aperfeiçoamento dos equipamentos, dos sistemas de armas, o desenvolvimento da doutrina e as consequentes alterações estratégicas.

#### **4 – A Ética nas FACV**

1. Se tivermos em consideração o que atrás se disse sobre a Ética, é evidente que cada país, organização e instituição adapta a ética às suas

especificidades, tradição, valores e idiossincrasia.

Assim, sendo a ética vai atravessar a instituição sofrendo alterações e adaptações que não afectam a sua essência mas que a reajustam a realidade em presença.

Começamos essa apreciação ético-deontológica das e nas FACV com as palavras do Comandante-de-Brigada Pedro Pires<sup>33</sup>, e que traduzem bem a atitude que se requer do dos membros das FARP, nos seus primórdios, mas prevalecem válidas: “(...) *Mas as Forças Armadas são também uma organização especial de pessoas fardadas, com armas, com disciplina, que tem de fazer certos movimentos e cumprir certos deveres. Ser militar é dedicar-se a uma ciência. Nisso temos de seguir toda a tradição de luta, toda a tradição dos exércitos revolucionários, toda a tradição da prática revolucionária*”<sup>34</sup>.

Mas tendo em conta o momento que se vivia – de euforia revolucionária – e sendo a composição das Forças Armadas, na época, mais heterogénea que agora, principalmente no domínio da formação, moldar o profissionalismo, ombro-a-ombro, com a ética, exigia atenção, cuidados especiais e preparação de todos e de cada um e, ainda, dizia o Comandante Pires: “*Mas sobretudo, as nossas FARP tem que procurar cultivar-se para avançar. Isto é possível com muito estudo, sacrifício e prática revolucionária*”.

3. Com o percorrer do tempo, naturalmente, as coisas foram melhor definidas e carreira foi estruturada e sustentada por normas jurídicas já adaptadas a nova situação. Assim, no Estatuto do oficial e do sargento, anteriormente referido, este tema é abordado no artigo 12º - Capítulo III.

Com efeito, esse Estatuto, ao estabelecer como deveres especiais dos oficiais e sargentos “*Empenhar toda a sua capacidade no cumprimento das suas missões e das tarefas que lhes são confiadas*”, ou ao referir à necessidade de formação técnico-militar e política e, ainda, ao determinar que o militar devia: “*Respeitar e fazer respeitar a autoridade do estado, defender os interesses da Nação e as conquistas do povo*” e “*Manter-se em todas as circunstâncias Homem de carácter, militar competente e cidadão digno impondo-se à sociedade pelo seu valor e conduta, prestigiando as FARP;*” definia com clareza o âmbito da ética militar cabo-verdiana. Restava, pois, aos integrantes assimilarem e porem em pratica esses princípios no seu dia-a-dia.

Na medida em que as FA agora integravam, para além dos combatentes e voluntários, o pessoal de complemento e do serviço militar obrigatório, a aprovação dos estatutos a situação alterou-se consideravelmente. De facto, com os artigos: 12º - que enumera os Deveres; 13º - que estabelece as Incompatibilidades; 14º - sobre o sigilo; e 15º - que enuncia os Direitos, definiram o “código de normas ético-profissionais” que não deviam, nem podiam ser quebrados impunemente por nenhum militar, principalmente pelos do quadro, pois o dever de ser soldado assim exigia.

Podemos, por conseguinte, afirmar que, em termos éticos, também tivemos inovação com a aplicação desse Estatuto, uma vez que na etapa anterior – período de luta de libertação e primeiros momentos da independência –

---

<sup>33</sup> Actualmente Presidente da Republica – no segundo mandato – foi líder do Núcleo Fundador das FACV

<sup>34</sup> In Discurso Comandante-de-Brigada Pedro Pires, na 1ª Cerimonia de Juramento de Bandeira, a 29 de Junho de 1975, de membros das FARP-CV, preparadas em Cabo Verde

vigorava, sobretudo, o que poderíamos intitular de ética revolucionária estabelecida no documento “Palavras de Ordem”, e cada um, por compromissos pessoalmente assumidos, procurava comportar-se de modo a ser plenamente aceite e reconhecido.

Tomamos, de novo palavras emprestadas ao discurso do Comandante-de-Brigada, para concluir esta reflexão: “*O dever do soldado é honrar a tradição da sua Força Armada. O dever do soldado é fazer com que a sua Força Armada avance, se aperfeiçoe.*”

4. A evolução continuou, agora com entrada em vigor dos Estatutos dos Militares<sup>35</sup>, em Dezembro de 1995, antecedido da Lei nº 63/IV/92, de 30 de Dezembro, que estabelece as Bases do Estatuto da Condição Militar, assim como outros aspectos da carreira foram positivamente alterados ao mesmo tempo que o conceito e o desenvolvimento ético-deontológico sofreram uma forte alteração.

Porém, a primeira modificação de relevo, na época e neste domínio, surge na lei das Forças Armadas<sup>36</sup>. Efectivamente, este diploma, nos seus artigos 14º e 15º, estabelece restrições específicas e especiais que condicionam a carreira militar, logo limitando a sua participação na vida social. Esses dispositivos determinam, substantivamente, que os militares no activo, em geral, mas em particular os quadros, devem respeitar a isenção partidária – pelo que não podem filiar-se em associações de natureza política, partidária ou sindical – e mais, estipulam limites estritos e claros no que se refere aos direitos de expressão, reunião, manifestação, de associação, de petição e de liberdades e garantias próprias dos trabalhadores, bem como a sua capacidade eleitoral passiva. Assim sendo, os militares que infringirem essas normas não apenas ferem a ética militar como cometem infracção disciplinares sujeitos às devidas sanções.

Todavia, o Estatuto, bebendo nas bases da condição militar, é mais parcimonioso. Com efeito, o estatuto da condição militar caracteriza essa condição profissional: “(...) *pela subordinação ao interesse nacional e ao poder político democraticamente legitimado; “pela permanente disponibilidade para lutar em defesa do País, se necessário for com o sacrifício da própria vida”; “pela subordinação a hierarquia militar no termos da lei, pela permanente disponibilidade para o serviço, ainda que com o sacrifício do interesse pessoal*”<sup>37</sup>; etc.

É claro que a panóplia de restrições e limitações não se esgota nos referidos preceitos, mas consideramos que, por razões deste trabalho, são suficientes. Para completar a noção ético-deontológico que regem as FACV importa agora fazer uma leitura, ainda que breve, das normas estatutárias nesse âmbito.

Como se vem dizendo, o Estatuto dos Militares é bastante rico e expressivo, basta enumerar os artigos que, directa ou indirectamente, tratam o assunto para se constatar da importância que o legislador deu à experiência acumulada. São cerca de quinze artigos, dos quais cinco, constantes do Capítulo I, do Título I, do Livro I que exprimem o essencial da ética que rege a

---

<sup>35</sup> Estatuto dos Militares, aprovado pelo Decreto-Lei nº 81/95, 26 de Dezembro – BO nº 45, I Série

<sup>36</sup> Lei nº 62/VI/92, de 30 Dezembro – BO nº 25, I Série

<sup>37</sup> In Artigo 2º da Lei nº 63/IV/92, já referido

vida castrense cabo-verdiana.

Para ilustrar pertinência da nossa afirmação, em seguida, vamos citar os principais artigos desse diploma, começando por destacar que o artigo 9º epigrafado “*Ética Militar*” dá, obviamente, o tom:

- Esse Artigo, diz: “*O sentimento de dever e o decoro militar impõe a cada integrante das Forças Armadas uma conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos seguintes preceitos de ética militar:*”
  - *Proceder com dignidade e zelar pelo prestígio da instituição militar;*
  - *Proceder com lealdade para com os outros militares;*
  - ...
  - *Respeitar a dignidade da pessoa humana;*
  - ...
  - *Cumprir o dever de cidadão e observar as normas da boa educação.”*

Mesmo não enunciando todos os preceitos, fica claro que não se poderia conceptualizar, caracterizar e operacionalizar melhor tão importante princípio filosófico cuja função é regular o carácter, a conduta e a relação inter-pessoal. Mas também outros artigos, como já dissemos, contribuem para construir esse edifício importante que controla o comportamento e o empenho profissional dos militares. São os casos, designadamente, dos seguintes artigos:

- O 10º - “*Acumulações e incompatibilidades*” que regula as possibilidades e condições deles se envolverem noutras funções, que podem originar conflitos de interesses, sem a devida autorização; o 12º - “*Direitos liberdades e garantias*” que fixa justamente quais são os contornos e limites em que os militares podem gozar desses importantes capacidades que a Constituição define para a generalidade dos cidadãos;
- No entanto, ao longo do texto vão se encontrando, aqui e acolá, referências e determinações inspiradas pelos princípios da ética, seja em que forma for que a encarmos.

### III. Conclusões:

#### i. O Centro Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP) e o tema

O Centro de Análise Estratégico para Assuntos de Defesa da CPLP definido pelo seu estatuto como um órgão da cooperação no domínio da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que visa a pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos no domínio da Estratégia, com interesse para a Comunidade, cumprindo do seu Plano de Actividades escolheu como tema de estudo “***A Profissionalização das Forças Armadas, a Ética e a Profissão Militar***”.

De facto, num momento em que por razões diversas as Forças Armadas dos Estados Membros da Comunidade passam por reformas ou reestruturações, esse tema é muito pertinente e pode contribuir para a reflexão em curso em cada um dos países. Por conseguinte, a responsabilidade e o desafio de desbravar este campo “*alagado, virgem e fértil*”, poderá proporcionar uma colheita frutífera e trazer resultados interessantes e satisfatórios para a programação ou a continuação, conforme os casos, da Profissionalização.

## **ii. O Conceito de ética**

Ora, a *ética* é um conceito criado e estruturado pela cultura helénica. Com esta configuração ou outra está presente na relação humana em todas as raças, todas épocas, e modos de organização social, tem evoluído e influenciado comportamentos e *modus operandi*. Por tanto, é simultaneamente um conceito filosófico e um elemento vital na produção da realidade social, com expressão prática quotidiana, quer a nível da pesquisa, logo científico, quer a nível empírico e pragmático, isto é, operacional.

A ética, cujo estudo se iniciou com filósofos gregos há 25 séculos atrás, está relacionada à opção, ao desejo de realizar, mantendo, no entanto, com os outros relações justas e aceitáveis, ela comporta ou introduz ideias como o bem e a virtude, enquanto valores caros a quase todo ser humano. O seu campo de actuação, naturalmente, ultrapassa os limites da filosofia e do conhecimento, alargando-se a várias outras disciplinas e pesquisadores, de psicólogos a biólogos, de juristas a muitos outros especialistas do campo social.

## **iii. O conceito de Profissionalização**

A *profissionalização* apesar de ser um conceito, relativamente, moderno tem tido uma evolução rápida e consistente. Tendo sido concebido a partir da divisão social das actividades produtivas foi crescendo, aperfeiçoando-se e diversificando à medida que se desenvolviam as forças produtivas e as relações de produção.

Deduz-se, por conseguinte, que a profissionalização implica a escolha de um ramo de actividade para exercício futuro. Se a escolha de uma profissão é uma opção individual e depende muito da vocação de cada um, essa escolha impõe um conjunto de deveres profissionais obrigatórios. Quando se é jovem e se escolhe uma carreira é necessário fazer a aprendizagem dos conhecimentos teóricos e técnicos específicos, como assumir os compromissos éticos da categoria escolhida.

Logo, a fase de formação profissional compete: da parte institucional ministrar – da parte do interessado obter - competências e habilidades referentes à uma determinada profissão, bem como proceder a reflexão que os deveres inerentes exigem, só deste modo o compromisso que se assume ganha significado. É esse conjunto de valores, objectivos e

subjectivos, que caracterizam o aspecto moral da chamada *Ética Profissional*. Não basta conhecê-los, é necessário a sua aplicação quotidiana, sob pena de configurar uma teoria sem valor.

#### **iv. O surgimento, percurso e profissionalização das forças armadas**

De quanto se disse, está pois claro que a profissão das armas surgiu, durante a fase de sedentarização, para garantir a subsistência das comunidades, protegendo-as e defendendo os seus recursos. Assim, se reconhece que as forças armadas, enquanto instituição perene, surgiram como uma necessidade geral de sobrevivência da comunidade, isto é, por causa das ameaças e agressões de que elas poderiam ser alvo pelos mais diversos motivos. No entanto, desde do momento da sua criação até atingirem o modelo “*actual*”<sup>38</sup> elas fizeram um percurso, às vezes tumultuado, na organização e estruturação, no processo de profissionalização, quer no seu equipamento quer na doutrina.

Nos primórdios uma parte dos cidadãos foi incumbida da defesa da comunidade. Gradualmente, no tempo e no espaço, se avançou para a criação de um corpo especializado, treinado, parcial ou totalmente profissionalizado a quem o Estado atribuía a função defesa e a responsabilidade de fazer, se necessário, a Guerra: as FORÇAS ARMADAS.

Nesse processo as experiências foram interessantes, enriquecedoras e diversificadas: das cidades/estado, na Grécia antiga, com elites obrigatórias de infantes fortemente armados, ao Continente Africano, cuja evolução militar foi interrompido pela colonização; passando pela Roma, onde todo o cidadão era obrigado a servir, e pela Europa, em que na fase medieval a responsabilidade era da nobreza e foi, paulatinamente generalizando e democratizando até atingir os níveis conhecidos de profissionalização. Sem dúvida que o salto maior na profissionalização se deu depois da “revolução industrial”.

Partindo de um modelo totalmente voluntário, classista e fortemente hierarquizada, as forças armadas transformam-se, paulatinamente, numa instituição de profissionais, muito bem formados e treinados representando em todos escalões sociais. Também, em muitos casos, são fonte e produtoras de invenções e inovações rapidamente adoptadas pela classe civil.

Mais recentemente, as mudanças na estrutura militar foram ditas pelo conceito de - “Revolução dos Assuntos Militares” “RAM” nos Estados Unidos.

#### **v. A ética e a profissionalização nas Forças Armadas de Cabo Verde**

Criadas num momento peculiar da vida das ilhas, da luta político-armada

---

<sup>38</sup> Considero “actual” o modelo que as forças armadas atingem e conhecemos dos finais do século XIX e princípios do século XX, pois a sua evolução continua e acelera a partir dos meados do último século com o desenvolvimento científico e tecnológico da área de defesa – Nota do autor.

para a sua libertação, portanto antes do estabelecimento do Estado, as Forças Armadas de Cabo Verde (FACV) que herdaram a experiência e os valores desse período, mas também a cultura desse tipo de instituições, são estruturadas à dimensão do país e, gradativamente avançam para a profissionalização, sendo hoje com a maioria dos seus quadros profissionais ou contratados e mantendo a conscrição para os praças. De notar que, ao mesmo tempo, tem crescido a presença feminina no seu seio.

Nesse percurso de crescimento as FACV conheceram, do ponto de vista do autor, três etapas evolutivas na profissionalização, encontrando-se na consolidação da terceira etapa, onde se regista a expansão das missões e responsabilidades, o aumento dos efectivos, modernização dos equipamentos, enfim, um processo de reforma e reestruturação, a que não falta o terceiro “R” de racionalização.

As Forças Armadas de Cabo-verdianas, enquadradas e subordinadas ao Estado de direito-democrático e portadores de valores e tradições próprias da civilização ocidental têm e procuram praticar num nível elevado a *ética moral e profissional* como princípio fundamental que se espelha quer no corpo normativo-jurídico que as regem, quer nas diversas orientações superiores que são emanadas. Daí o seu comprometimento com os mais sagrados interesses e desígnios nacionais.

Natural e zelosamente, as FACV têm sabido responder aos desafios que se lhe colocam, contribuindo para o ambiente de estabilidade e segurança que se vive no país indispensável a prossecução do desenvolvimento.